

# CENÁCULO

Boletim on line do  
Museu de Évora



Os artigos são da  
responsabilidade dos  
autores e não expressam  
necessariamente a opinião  
do Museu de Évora.

A utilização integral ou  
parcial dos textos do  
boletim deve ser sempre  
acompanhada pela citação  
do nome dos autores, título  
dos textos e a referência à  
essa publicação on-line.

**EDITOR**

Joaquim Oliveira Caetano

**PERIODICIDADE**

semestral

**MUSEU DE ÉVORA**

Largo Conde de Vila Flor

7000-804 Évora

TLF 266 702 604

E-mail: [mevora@ipmuseus.pt](mailto:mevora@ipmuseus.pt)

## ÍNDICE

Memória descritiva do assalto, entrada e saque da Cidade de Évora pelos franceses, em 1808 | Frei Manuel do Cenáculo Vilas Boas | Introdução e transcrição de António Francisco Barata (1887) | apresentação de Celso Mangucci

Introdução ao estudo do Presépio do Museu de Évora | Alexandre Pais

Estudo, conservação e restauro do presépio do Museu de Évora | Ana Andrade e Conceição Ribeiro

Análises dos materiais e técnicas do presépio do Museu de Évora | Ana Pereira

Francisco da Silva, António de Oliveira Bernardes e Francisco Lopes Mendes na Igreja da Misericórdia em Évora | Celso Mangucci

A colecção de armas do Museu de Évora | Ulrico Falcão Galamba

Catálogo da colecção de fósseis do Museu de Évora | Anabela Perpétuo

# MEMÓRIA DESCRITIVA DO ASSALTO, ENTRADA E SAQUE DA CIDADE DE ÉVORA PELOS FRANCESES, EM 1808

Frei Manuel do Cenáculo

Introdução e transcrição de António Francisco Barata, 1887  
Apresentação de Celso Mangucci

## APRESENTAÇÃO

Entre os textos contemporâneos que descrevem os acontecimentos ocorridos em Évora durante a primeira invasão francesa, que culminaram, em Julho de 1808, na tomada e saque da cidade, com elevado número de mortos entre a população, talvez o de maior cunho pessoal seja o escrito pelo mão do então arcebispo de Évora, D. Frei Manuel do Cenáculo.

Na sua detalhada narrativa dos factos, o Arcebispo conta como foi ele, o representante máximo da autoridade civil e eclesiástica em Évora, coagido, em situações ao mesmo tempo trágicas e humilhantes, a servir às forças militares presentes no conflito. De facto, temendo pela sua pessoa e pela vida dos prisioneiros, Cenáculo foi obrigado pelos franceses a escrever homílias instando os eborenses a aceitar o império de Napoleão Bonaparte, censurando e desaconselhando o uso das armas pelos religiosos.

Frei Manuel do Cenáculo escreveu que considerava “dever do seu ofício” relatar os acontecimentos, mas a sua versão dos factos ocupa-se de maneira sucinta das atrocidades e destruição provocadas pelos exércitos comandados pelo Conde do Império, o general Louis Loison, tristemente célebre pela alcunha do Maneta. O principal objectivo do Arcebispo é defender-se das acusações de traição, justificando as suas acções enquanto membro forçado da “Junta Francesa” e ilibando-as de qualquer suspeita de colaboracionismo. Estava em causa o próprio prestígio da arquidiocese já que os atónitos eborenses viram o palácio do Arcebispo servir de albergue, com poucos dias de diferença, aos soldados espanhóis, aos invasores franceses e a força militar enviada pela Junta de Beja.

Mesmo beneficiando do reconhecimento de anos de serviços à população, a tarefa não era fácil e a narrativa inicia-se, em 13 de Julho de 1808, quando os representantes da cidade se reúnem para deliberar sobre a revolta contra o domínio francês. Em sua defesa, leal às directivas recebidas da Casa Real, e como dirigente sensato a quem a história viria a dar razão, Cenáculo relembra que Évora não tinha capacidade militar para resistir ao avanço das tropas napoleónicas e que só perante o facto consumado, com as manifestações populares de apoio ao príncipe regente, aceitou dirigir a revolta.

Elaborado como um libelo de defesa, o texto não se destinava a ser publicado, o que sem dúvida permitiu uma outra liberdade de expressão, conferindo extremo vigor à narrativa do Arcebispo de Évora, enviada ao Príncipe Regente, o futuro D. João VI, então no Rio de Janeiro. É, por isso, um texto organizado de maneira factual, com uma linguagem directa, que não é comum nos trabalhos do autor e contrasta vivamente, por exemplo, com o elaborado discurso das pastorais que o arcebispo compila em anexo, como documentos da verdade em apoio das suas afirmações.

Para corroborar os factos narrados na primeira pessoa, Cenáculo recolhe os principais testemunhos dos intervenientes, e podemos ouvir a voz do general francês Loison, que elogia a bravura dos soldados portugueses e ameaça o Arcebispo de morte, do coronel espanhol Federico Moretti que o aconselha a fugir, ou a de Mr. Pillet, um oficial francês de alta patente que admira as somas gastas na aquisição de livros para a biblioteca.

Com a retirada das tropas francesas, o Arcebispo de Évora acreditou que o pior já havia passado. Mas o clima de revolta social provocado pelo conflito militar confrontou Frei Manuel do Cenáculo com uma crise sem precedentes na organização política da sociedade. A erosão da credibilidade das instituições civis e eclesiásticas chegou ao ponto da Junta de Beja mandar prender os

membros da Junta de Évora, suspeitos de colaboração com o inimigo. Num clima de acerto de contas, o corregedor João Paulo de Carvalho irá morrer às mãos do povo em Moura e o Arcebispo, após uma penosa viagem, foi mantido recluso no Convento dos Capuchos em Beja.

Os factos vividos na cidade onde, como bispo, “com carinho de pai e por mais de 32 anos”, tivera tempo para desenvolver as suas ideias reformistas, pugnando por uma melhor formação cultural do clero e pelo seu papel transformador da sociedade, foram particularmente dolorosas para Frei Manuel do Cenáculo que numa linguagem impiedosa descreve os algozes que há ainda muito pouco tempo lhe deviam subserviência.

Mesmo a descrição das humilhações que sofreu, do roubo do capote ao alívio das necessidades pela janela, sempre acompanhado por guardas armados, serve para demonstrar a incivilidade dos pretensos novos governantes, uma “tropa de rústicos e contrabandistas” incapaz de entender e cumprir os códigos mínimos da organização e hierarquia social.

Desse novo combate político faz parte a descrição caricata do frade franciscano nomeado ao lugar de Intendente da Polícia que o escoltou, já em Beja, ao convento-prisão. Com o seu chapéu de galão, talabarte e grande espada, é o símbolo que de pior trouxe a nova situação social, com o perpetuar do desvio da sua atribuições eclesiásticas.

A narrativa termina, no dia 17 de Outubro de 1808, com um final feliz, com a recondução a Évora e o reencontro triunfal do pastor com as suas amadas ovelhas, em meio ao fogo de artifício e a protecção da tropa inglesa. Restituído ao conforto do seu palácio, na companhia dos livros e das suas colecções, Frei Manuel do Cenáculo, com a experiência e o cansaço de mais de oitenta anos, sabe que sobre o futuro pesam demasiadas incertezas para congratular-se com essa pequena vitória.

Como o recordou com alguma acrimónia, foi o historiador Gabriel Pereira quem, pela primeira vez, publicou o texto “A Memória do Saque de Évora em 1808” (no *Manuelinho* n.º 119 de primeiro de Maio de 1883 e seguintes). Poucos anos depois, o Município de Évora organizou uma homenagem a Frei Manuel do Cenáculo, no âmbito da qual fez distribuir o texto graciosamente aos habitantes da cidade. Nessa segunda edição, a cargo do António Barata, então vereador do Município, a narrativa recebeu o extenso e imperfeito título de “*Memória descritiva do Assalto, Entrada e Saque da Cidade de Évora pelos Franceses em 1808*”. António Barata, ao publicar o texto como homenagem, sentiu necessidade, pela própria natureza polémica da narrativa de Frei Manuel do Cenáculo de, na introdução, reforçar o carácter heróico da acção do arcebispo que teria sido o principal responsável por numa correlação de forças extremamente desvantajosa proteger a população da cidade.

Escrita num período de crise social profunda, onde novos ideais políticos andam a par e passo com o caos provocado pela guerra, a narrativa de Frei Manuel do Cenáculo demonstra com uma clareza trágica o carácter conservador do pensamento político do Arcebispo e a falência dos seus ideais de regeneração cultural das elites.

A passagem do bicentenário do “Saque de Évora”, justifica que o Boletim do Museu disponibilize em formato digital a edição que a Câmara Municipal de Évora realizou em 1887, lembrando o leitor que o texto, um dos grandes documentos para a compreensão da história do século XVIII em Portugal, foi objecto recente de nova edição, agora sob coordenação de Francisco Vaz, que inclui uma selecção das mais importantes memórias e relatos do período.

Celso Mangucci



1. Sabre de Infantaria. França, c.1800. ME 1197 Foto de Ulrico Galamba.

## ANTELEITURA

Na Córsega nascera em 1769 uma criança que deveria, quando homem assombrar o mundo e eclipsar a glória de muitos: foi Bonaparte.

Educara-lhe para lutas ingentes o génio extraordinário o bater das vagas mediterrâneas de encontro às rochas da ilha vulcânica, em que nascera; quis ser como a sua pátria. Sonhara um dia ver-se batido dos povos armados da Europa, e ele, só, com seus franceses, resistir ao embate formidável como a Córsega resiste às vagas, em seu quebro batalhar.

Desde o cerco de Toulon até a planície de Waterloo o que nos ficou aí da história de assombroso, de ciclópico! Tudo grande! A branca espuma da onda e a vaza revolta; cintilações de glória e salpicos de lodo; vitórias e saques, triunfos e mortes!

Andava o ano de 1808: as águias de Napoleão volitavam glori-sedentas no céu das Espanhas, pousavam no extremo ocidente, no cobiçado Portugal. Junot entrara Lisboa, desprezada do prófugo Príncipe regente, D. João VI mais tarde.

Avassalavam divisões francesas as províncias da monarquia d'Afonso: reinava em Portugal o Imperador dos Franceses. Três generais do império haviam passado o Tejo por sujeitar ao domínio do vencedor da Europa as terras que demoram aquém dele.

Talados os campos de Montemor-o-Novo, a mais importante vila entre Lisboa e a cidade de Évora, viu-se esta um dia cercada de cavalaria francesa, assediada de milhares de soldados. E que havia resistido! É que sonhara, na febre do seu amor pátrio, uma vitória na defesa de vetustas muralhas, uma derrota nos tiros pérfidos de frades mal avisados, por menos circunspectos e mais imprudentes. Não podiam os velhos muros de Evora opor um dique à onda vencedora: os braços monacais e os de aliciados cidadãos também não podiam, por diminutos e menos adestrados, se bem que fortes e valorosos, arcar com os domadores de Marengo, e de Austerlitz, e da Europa.

Bem alto o dissera a todos a voz autorizada do Arcebispo que então regia a Igreja trans-tagana; mas clamara no deserto: decretou-se a resistência, fecharam-se portas, guarneceram-se muros, e torres e barbacãs fernandinas: reinou um pouco o delírio de antegozada glória, relegado o bom senso para os intermundos da loucura.

D. Frei Manuel do Cenáculo Vilas Boas não fora atendido, não se lhe seguira o conselho. A tisonada cidade, a poderosa de romanos, e de godos, e de árabes ia dar entrada aos vencedores de mil combates, forçadas de seus canhões, de seus assédios, de sua escalavista.

Comemora o dia de hoje o segundo do saque pelos franceses a esta cidade; relembra um feito assinalado de seu Arcebispo, vencedor de vencedores, e paga uma dívida mais que muito sagrada.

A cidade de Évora, terceira do reino, em que pese a Braga e Coimbra, salda hoje rejubilosa essa conta de setenta e nove anos, conforme as posses de seu Município, e não consoante o pedia a grandeza do crédito e o dever de todos seus habitantes.

Duas lápides de mármore, embebidas nas paredes laterais dos Paços do Conselho, mostram hoje, e por largos anos o farão ainda, que os heróicos filhos desta cidade não esquecem jamais nem deveres nem obrigações.

Ao povo, à mais numerosa camada social desta boa terra, e a todos oferece hoje a Vereação da cidade uma memória descritiva da entra nela dos franceses, escrita pelo herói deste dia, o senhor D. Frei Manuel do Cenáculo Vilas Boas, para que bem conheça o quanto sofreram seus antepassados e como é devida e santa à sua memória veneranda esta homenagem.

Filho adoptivo de Evora, há dezoito anos, compraz-me em lhe prestar tão diminuto trabalho e desvalioso serviço. Possam os que vierem depois, os que são seus legítimos filhos, fazer por ela mais e muito do que nós podemos fazer hoje.

O vereador do pelouro da Instrução

Antonio Francisco Barata

## NARRATIVA

Julgo ser do meu ofício conservar uma memória exacta, e individual dos acontecimentos nesta cidade de Évora, principalmente relativos à minha pessoa, que sucederam desde a intrusão dos Franceses neste reino; e tomo por época o dia 13 de Julho do ano próximo passado, 1808.

Tendo-se recebido neste dia uma carta oficial, escrita de Juromenha pelo comandante das forças espanholas naquela praça, D. Frederico Moretti, dirigida à Câmara e povo de Évora, propondo-lhe uma declaração contra o intruso governo, foi necessário proceder ao convocamento das três ordens, Nobreza, Clero, e Povo, a que presidi; e foi o meu voto que visto o estado da cidade, sem tropa, nem munições, não estava em estado de aceitar proposta alguma, no que todos concordaram, e se fez termo, em virtude do qual foi a resposta, de que se junta cópia debaixo do n.º 1.º; e dela se julgaram os magistrados obrigados a dar conta ao general Junot para evitar algum rompimento violento, e me foi participado pelos mesmos ministros a boa aceitação com que foi recebido este novo arbítrio.

Continuou esta cidade a sofrer pacificamente obedecendo às ordens do governo intruso, sujeitando-se a executar as disposições dos ministros que administravam as secretarias e tribunais na corte, e as expediam com cominação, para evitar as quais entretinha eu com respostas que acautelassem a esta minha diocese as cruéis hostilidades que sofreram tantos povos desta perseguida nação, e até me preparei com uma pastoral que fiz imprimir, e é a que vai junta n.º 2.º; a qual cuidadosissimamente não publiquei, sem embargo dos exemplos de muitos outros Prelados que as publicaram, ainda que eu me visse instado e como obrigado a fazê-lo pela a insinuação expressa do chamado Secretario de Estado do Interior, Francisco Antonio Herman, em aviso seu e em nome do intruso Junot, datado de 13 de Maio de 1808.



13 de Julho

Assim permanecemos até que não sei porque clandestina diligencia se convocou o mesmo coronel com alguma pequena escolta a vir a esta cidade incorporar-se com o general da província para se repetir a gloriosa aclamação do nosso amável Príncipe, tornando a governar-nos na sua feliz obediência pelas leis pátrias, o que com efeito se praticou, apresentando-se ao povo na varanda das casas da Câmara o retrato do mesmo Senhor pelos dois chefes português e espanhol, sendo inexplicável a alegria de todo o povo, com que repetia vivas, repicando-se todos os sinos e desafogando todos os seus prazeres em mil demonstrações. Fiz eu logo que na Sé se cantasse soleníssimo *Te Deum*, se celebrasse grande festa em acção de graças, renovando eu e todos nas minhas mãos o juramento de fidelidade ao nosso legítimo e saudoso soberano.

Recebi e hospedei no palácio arquiépiscopal o coronel espanhol e grande numero de oficiais e tropa, que com ele concorriam, e estabelecemos um governo de regência do qual eu era o presidente com o general da província. Continuámos por poucos dias neste feliz estado deliberando quanto nos pareceu a bem da nossa segurança e comodidade pública, quando no dia fatal de

2. Ferro de Alabarda. Finais do século XVIII. ME 1228. Foto de Ulrico Galamba.

29 de Julho fomos atacados pelo numeroso exército de nove para dez mil homens franceses, comandados pelo general em chefe conde do Império, Loison, e por dois outros generais de divisão, Solignac, e Margarou; o qual exército deixava já saqueada a vila de Montemor e feita grande mortandade, apesar da vanguarda de oitocentos homens e quatro bocas de fogo que ali tínhamos para defender o passo a qual à vista da desproporção com o inimigo se retirou sem alguma operação de defesa.

Chegado este exército inimigo às vizinhanças da cidade saíram ao campo os dois chefes com o regimento de Estremoz, o de Voluntários estrangeiros de Moretti, os artilheiros que serviam as quatro peças espanholas, alguma cavalaria de Maria Luiza e alguma outra do dispersado regimento desta mesma cidade a que juntos os caçadores da ordenança formaria um total de mil oitocentos homens.

Não há palavras para explicar o valor, a intrepidez, o patriotismo e o amor do seu Príncipe com que esta desproporcionadíssima tropa, principalmente os paisanos, arrostando o inimigo, distinguindo-se muito o regimento de Estremoz, que investia com tanta intrepidez, que o mesmo general Loison me disse que eram bravos soldados; e foi tanto o estrago feito no inimigo que passadas duas horas de combate, à vista de terem feito a mortandade de três para quatro mil homens inimigos mandaram os comandantes vários oficiais ao palácio de minha residência participarem-me que a vitória era nossa; o que foi por mim celebrado com graças particulares dadas ao Deus dos exércitos, que tão visivelmente nos favorecia, e cuidei em prontamente acudir com refeição aos que julgava debilitados com o trabalho da nossa defesa. Quando isto celebrava vejo voltarem os mesmos e mais oficiais em uma fuga debandada, e passados poucos momentos chega Moretti e me diz: *Está a acção perdida; se vossa excelência não quer morrer às mãos dos franceses fuja e esconda-se.* Eu, que tenho em meu coração as minhas ovelhas não julguei desamparalas em perigo tão evidente.



Corri para a minha catedral e no meio do confuso alarido, do estrondo dos canhões mandei propor capitulação; mas já em hora que estava entrada a cidade, desamparada de defensores, pois que toda a tropa tinha fugido em desordem, e quando já entravam pela Sé disparando tiros que mataram o meu capelão da cruz, que com ela e com a pequena comunidade que a mim se agregou, tinha mandado para a porta da igreja, rebentando sobre a abóbada granadas que também mataram e feriram algumas pessoas e fizeram cair aos meus pés estilhaços e pedaços de pedra, e quando já os oficiais vencedores e soldados apontando-me baionetas ao peito gritavam por dinheiro, ameaçando de morte e saque violento, eu desci do sólio suplicando-lhes humildemente pela vida deste pobre povo, Então foi que eles à vista das minhas humilhações e súplicas deram indícios de que mudavam o parecer em que vinham de que eu era o cabeça da que eles chamavam revolução desta cidade; pois que eu era o presidente do governo estabelecido em nome de Sua Alteza Real.

Eu não tinha feito acto algum positivo em obséquio da sua nação e nem sendo insinuado tinha feito a publicação de uma só pastoral, e tanto deram disto indício que o general Loison, tendo dado ordem de entrar

3. Retrato de D. Frei Manuel do Cenáculo, Arcebispo de Évora. Gravura de autor não identificado publicada em 1887, na edição de Francisco Barata.

o exército na cidade a ferro e fogo, o que foi observado de sorte que a primeira casa em que entraram saqueando foi o palácio arquiiepiscopal; para ele dispararam muitos tiros acometendo entretanto a casa e matando o meu bispo provisor, e penetrando o convento de Santa Mónica, da jurisdição ordinária, no qual entrou o mesmo quartel e ordenou que dentro nele seria o seu quartel, dispondo-se as aflitas religiosas com cama e mesa, até que informado do meu comportamento humilde e pastoral me mandou dizer à Sé pelo seu ajudante e língua, o português Freitas que se queria aquartelar no meu palácio.

Recebi este aviso com demonstrações de satisfação e até de agradecimento, e com permissão da tropa feroz, que nos tinha como prisioneiros na Sé, e com o pretexto de ir preparar a hospedagem que logo me foi recomendada que devia ser decente e abundante para um general e 40 oficiais; isto quando a minha família estava toda dispersa, não havendo na casa provisões algumas e até sendo já morto por eles o meu cozinheiro. Fui neste aperto para casa acompanhado de alguns eclesiásticos e diocesanos que, por carinho, por medo e para refugiarem-se me acompanharam.

Entrei em casa rodeado de militares destemidos, animados com a glória do triunfo e com o arrojo de inimigos cruéis, trazendo as espadas nuas, espingardas e pistolas empunhadas, vendo-me na necessidade de os hospedar sem faltas, para o que nunca podia estar provido e naquela ocasião muito menos. Então entra, penetrando o interior das casas, o general Loison, com a carranca de triunfador, com a soberba de tirano, e confrontando-se comigo me disse, com gesto feroz e ameaçador: - *Monsenhor Arcebispo é réu de morte; assinou um decreto contra a França; é réu de morte.* – Ao que eu (graças a Deus) sem o mais pequeno soçobro e apesar do alarido com que todos os oficiais circunstantes repetiam: - *é verdade que é réu de morte, corripondi abaixando humildemente a cabeça e o general continuou, apartando-se de mim com gesto e passos furiosos: - Ao menos devia ter dado parte.*

Comecei a dispor a hospedagem e a sofrer os insultos mais humilhantes de se deitarem sobre a minha mesma cama, de penetrarem e esquadriharem os quartos particulares, de quererem ser servidos das coisas mais esquisitas e com a maior prontidão, até obrigando alguns criados que foram aparecendo, os clérigos e frades como também alguns senhores que se refugiaram no palácio, o qual tive aberto e franco para refugio dos meus diocesanos, obrigando, digo, a que os servissem de pronto, e isto com pontapés, bofetões e ameaços de espadas e pistolas.

Foram com efeito hospedados à sua vontade com tudo quanto indiscretamente pediram, e eu lhes assistia à mesa, sem embargo do perigo a que me arriscava, pois o general ia para ela com um grande punhal que punha junto a si, e os oficiais que estavam a ela e os muitos que tumultuosamente saíam e entravam; todos armados de espadas e pistolas, ameaçando todos à mais pequena falta de prontidão. À vista de todos estes sofrimentos com paciência e humildade, se resolveu o general a dizer-me que a minha casa era livre de saque e começou a tratar-me ele e mais alguns, poucos oficiais maiores, com menos desprezo e tirania; mas não foi a sua palavra observada; porque por ele mesmo general foi a minha casa saqueada excessivamente; não ficou quase nada da prata de que o meu antecessor se tinha provido; fiquei sem anel episcopal; todo o copioso monetário, que a tanto custo tinha juntado para deixar, juntamente com a grande livraria que tenho edificado (a qual por si só dá tanto a ver a grande despesa que tenho feito para a instrução do clero e fieis deste rebanho, que um dos oficiais de grande patente, Mr. Pillet disse ao vê-la: *eis aqui porque o arcebispo não tem dinheiro; pois o tem gastado nisto.*

Tudo quanto era ouro e prata foi saqueado, como também rasgados os livros e feitos pedaços os manuscritos, quebrando as mais pequenas e delicadas peças do museu natural e artificial, unicamente para levarem alguns pequenos remates de prata e oiro, fazendo em pedaços imagens de Cristo e Santos, em fim, reduzindo tudo a um estado de fazer lástima ainda a quem não é curioso.

Entretanto era aturdida toda a cidade com repetidos tiros, alaridos dos desenfreados saqueadores e dos miseráveis que eram feridos e mortos e que presenciavam os desacatos feitos nos templos, o orçamento das donzelas, a entrada nos conventos dos frades e freiras, porque quase não houve igreja onde não obrassem o insolentíssimo sacrilégio de arrombar o Santo Tabernáculo, espalharem pelo pavimento o Sacrossanto Corpo de Nosso Senhor Jesus Cristo Sacramentado, para roubarem os vasos sagrados, até chegando a levar alguns com o mesmo Santíssimo Sacramento que deramaram no campo; profanando os mesmos templos com homicídios e forçamentos a mulheres de todo o estado e idade.

Passada assim a tarde e noite de sexta-feira 29, fui na madrugada de sábado rodeado pelo general e mais oficiais, mandando-me que fizesse uma exortação ao meu povo para que obedecesse à autoridade francesa e que ordenasse o desarmamento do clero.

Não tive mais remédio do que pegar na pena e com o socorro do Espírito Santo fazer as duas pequenas pastorais de que junto cópias (n.ºs 3.<sup>a</sup> e 4.<sup>o</sup>); as quais sendo por eles lidas, me ordenaram que prontamente lhe apresentasse vinte cópias delas; como também que mandasse logo cuidar em enterrar os muitos mortos de que estavam juncadas as ruas e cheias as casas; acrescentando que queriam estabelecer um governo francês do qual seria eu o presidente e que lhe indicasse os membros de que se havia compor a junta; tudo isso com sinais de que a minha vida responderia pela falta de sujeição, quando não havia na cidade pessoas de quem me lembrasse, as quais não estivessem mortas, como era o meu saudoso bispo provisor, os desembargadores Manuel Simões e Fernando Silveira, e outros dispersos e fugidos. Tudo fiz auxiliado do meu clero exemplar, que todo o fervor me ajudaram em um tal aperto e aflição.

Então se seguiu que o general me tratasse com mais benignidade, protestando-me respeito, e que por mim perdoava as mortes que se haviam de seguir, como também

dava a liberdade a inumeráveis prisioneiros que tinha dentro da Sé e nas cadeias, entre os quais eram muitos frades e clérigos, duzentos homens do regimento de Estremoz e muitos paisanos; levando-me para isso à igreja e fazendo dizer pelo seu língua a todos que: - *em obséquio e respeito ao seu prelado lhes perdoava a morte e dava a liberdade* - de que resultou que esta aflitíssima cidade rompesse nos clamores de que era a mim que eles deviam a vida e o resto dos bens que lhes ficaram (veja-se a copia junta n.º 5.<sup>o</sup>).

Gozava eu desta pequena respiração quando ouço rodar quatro peças e postarem-se na frente da minha casa e um alvoroço e tumulto dentro nela, entrando de repente no meu quarto o general e deixando-se cair com todo o peso em um canapé, me diz: - *Monsenhor, eu não posso com os franceses; eu não posso conter os soldados* - ao que lhe respondi que não havendo subordinação na tropa nada se conseguia. Era o caso que acabando os oficiais de fazer uma resenha (posto que inexacta) da sua tropa e achando que os mortos lhe passavam de três mil, instavam a ele general que fosse queimada e arrasada a cidade, principiando pelo palácio arquiiepiscopal. Acudiu Deus, e passava meia hora mandou retirar as peças, repetindo a fineza de que por mim perdoava tudo.

Passado o sábado e o domingo entre estas angústias e perigos próximos e evidentes de vida, é incrível quanto sofri por mim e pelos meus; choviam as ordens para desarmar (veja-se a copia n.º 6), para aprontar rações, para arrasar muros, para franquear cofres, para mandar vir cónegos que lhes abrissem as suas oficinas, de onde tiraram que havia de prata e dinheiro; como também de todos os depósitos públicos e particulares até que na madrugada de segunda feita mandou o general dizer-me pelo seu secretário, estando eu ainda na cama, que ele com o exército fazia uma digressão que duraria quatro dias; que me recomendava o governo da cidade, intimando-me mil ordens impossíveis de praticar-se, das quais ele viria saber a execução.

29 de Julho

Dei graças a Deus por esta respiração, que me concedia, e continuei com a junta a cuidar no sossego e cómodo dos desolados habitantes desta triste cidade. Dei ordens para haver provisão de mantimentos e para que os dispersos e fugitivos se restituíssem às suas casas e isto fiz unicamente para que o povo deixado a si não se desordenasse e se acrescentassem os males uns aos outros.

Passados assim os poucos dias até 13 de Agosto, de repente, estando em junta cuidando no cómodo e sossego dos meus diocesanos, oiço golpes ferozes na porta do quarto em que estávamos, alarido incivil e ameaçador e aberta a porta acho-me acometido de uma tropa de contrabandistas, armados de trabucos, punhais, pistolas, espingardas e espadas, que se apossaram de toda a casa, pondo sentinelas em todas as portas, levando-me e os mais da junta para um quarto interior, onde nos tiveram presos rodeados de guardas, enquanto esquadriharam miudissimamente todo o palácio em busca do coronel de milícias de Beja, que era um dos membros do governo; sendo esta prisão em que nos tinham tão rigorosa que, para cearmos, foi rodeada a mesa de sentinelas e até para alguma operação natural me necessitaram a faze-la de uma janela abaixo, mesmo acompanhado de guardas.

Não há palavras para dizer os insultos que sofri a esta tropa de malfeitores, rústicos incivis, e muito mal animados; até por eles fui roubado sem me deixarem nem capote;

revolveram-me as gavetas mais recônditas; destruíram-me e levaram quantos papéis quiseram, ainda dos particulares da minha administração e me deram ordem de que eu e os mais membros da junta havíamos imediatamente ser conduzidos presos para Beja; e isto com tanta violência e aperto, que apesar de lhes ser representando os meus anos e a impossibilidade de sair de minha diocese, principalmente sem fazer algumas disposições, me diziam com todo o descaramento: - *há de ir e há de ir logo* - e nesta mesma ocasião (talvez para que eu o entendesse) disseram a um dos membros da junta que representava a sua impossibilidade por moléstia gravíssima: *há de ir, pois trazemos ordem para o levar ou vivo ou morto*.

Vim a perceber que este procedimento era por ordem de uma regência incivil e temerária, que se tinha erigido em Beja, com a pretensão de dominar todo o Alentejo e ainda mesmo o Algarve, e que constava ter oferecido obediência e sujeição à regência espanhola, com manifesta traição contra o direito supremo do amável Príncipe que nos rege; a qual regência não contente com os horrendos crimes que cometeu e fez cometer, usurpando à força de armas quantos dinheiros públicos havia na província, cometendo homicídios cruéis e injustos, fazendo prisões sem respeito a personagem alguma, pois ate pretendiam e davam ordens para ser preso o general de província, escreveu à regência erecta nesta cidade em nome e

13 de Agosto



4. Baioneta inglesa, finais do século XVIII. ME 1207. Foto de Ulrico Galamba.

pela autoridade de Sua Alteza Real, à qual eu presidia, pedindo sujeição e obediência àquela junta quem queriam atribuir os direitos de suprema; e porque eu com os votos de todos não tinha assentido a uma tão temerária proposição fiquei sendo o objecto do seu ódio; que agora desafogava no insulto de me fazerem passar pela ignomínia de aparecer preso e humilhado em uma cidade, onde já serão poucas as pessoas que não tenham sido educadas por mim e até favorecidas com os meus ofícios e sobre as minhas possibilidades.

Fui em fim conduzido no dia 14 de Agosto pelas quatro horas da tarde pelas ruas desta cidade, cercado de contrabandistas e malfeitores, com as armas na mão, até impedindo aos povos daquela diocese, que criei, para que não fizessem os cortejos e obséquios que, por impulsos naturais de gratidão, me queriam fazer.

Cheguei a Beja no dia 16 pelo meio da tarde: levaram-me à praça e se postaram defronte da casa chamada da regência: deram parte de que chegava o arcebispo de Évora, ancião de mais de oitenta anos, que tinha regido aquela diocese por mais de trinta e dois anos com carinho de pai e diligências eficazes para beneficiar a todos os seus dependentes: tiveram me por mais de três quartos de hora exposto naquela publicidade, sendo com efeito aplaudido e respeitado com lágrimas e vivas de grande parte do povo, a qual disto mesmo era proibida pela escolta maligna e insolente que me rodeava.

Presidia naquela intrusa, informe e desautorizada regência um ministro, a quem por alguns doze anos tinha servido e posso dizer que favorecido. Eram membros o meu provisor, que nomeei em sé vaga para aquele bispado, outro clérigo que foi nomeado por demissória minha, cuja família subsiste por benefícios meus, e outros rapazes a quem fiz muito bem e poucos exceptuados a quem, ainda mesmo desta diocese, não tenha favorecido com pensões anuais. Nem um só desceu a cumprimentar-me, nem ao menos das janelas me saudaram; só quando já poderia estar cansada a paciência mais

heróica, me apareceu um frade Franciscano, mascarado com chapéu de galão, talabarte e grande espada, ao qual tinha a mesma regência graduado em célebre intendente geral de polícia, o qual me disse que estava o meu quartel pronto. Isto com tom imperioso, e tornando-lhe eu que já tinha me ajustado com os meus Capuchinhos me deixou outra vez, dizendo que ia dar parte, até que passado outro muito longo espaço, me veio conduzir para o dito convento, fazendo marchar à roda de mim a mesma corja de satélites; e chegando me entregou ao guardião com a voz de que ficava em custódia, proibido de comunicação, mais do que o capelão que me acompanhava e o meu criado de quarto.

Ali estive solitário metido na pequena casa chamada enfermaria, sem reparos nem mais móveis que um banco, com sentinela à porta, na escada, e corpo de guarda na portaria, que vedava a entrada a qualquer pessoa que me buscava. Isto nos primeiros dias, até que passados alguns, talvez envergonhados de tanta injustiça me foi dizer o mesmo frade intendente, que aquele tribunal me mandava dizer que podia receber as minhas visitas, e depois disso foi que apareceu o meu provisor do bispado de Beja (que segundo os Sagrados Cânones administro em sé vaga) em traje de grande personagem, com faixa escarlata e tiracolo, e grande medalha, dizendo-me em nome da sua regência que fizesse eu uma pastoral àqueles povos, análoga às circunstancias e que logo se trataria da minha restituição a esta diocese, juntamente com os mais eclesiásticos e seculares, que comigo tinham sido presos.

Fiz a pastoral, que junto por cópia N.º 7; foi à censura lida no consistório disse o presidente: - *Está muito escura: o arcebispo não quer desenganar-se em falar claro a favor desta regência?* - Continuei na minha prisão até que me apareceu um bacharel, Carlos Manuel de Serpa, o qual tinha comigo relações de benevolência e de favores: este foi escolhido para me dar cargos e fazer perguntas. Sem soçobro respondi instantaneamente por escrito, de sorte que a verdade não agradou, a ponto de nunca aparecer esse meu descargo.

14 de Agosto

16 de Agosto

Permanecia a opressão até que chegou o felicíssimo dia da restauração do governo porque suspirávamos; pôs-se em exercício a regência que Sua Alteza Real se dignou deixar-nos; não julgou a de Beja ter acabado a sua injusta autoridade, antes era vulgar que aqueles maus administradores da justiça insinuavam ao povo e o iludiam com a frase de que a regência de Lisboa dependia da de Beja para ter jurisdição.

Era público neste reino e lamentado o insulto que me era feito, e chegando por algumas representações feitas por pessoas minhas aderentes e compadecidas dos meus trabalhos a notícia deles à suprema regência da corte, foi esta no adorável nome de Sua Alteza Real servida mandar-me restituir a esta minha diocese pelo honroso aviso que é apenso por copia n.º 8.º e também que a minha restituição fosse feita de maneira mais decorosa, mandando ordem, que também vai junta por cópia n.º 9, ao general da província para que me fizesse escoltar por toda a tropa necessária, o que ele general executou tão dignamente, como sabedor do grande insulto e como testemunha da injustiça dele, que mandou que a minha escolta fosse feita pelos regimentos de Estremoz, Évora, Olivença e Moura, comandados pelo coronel deste, que o fez de uma maneira tão religiosa e civil, que me merece uma particular memoria.

Com efeito cheguei a Évora no dia 17 de Outubro. É dificultoso explicar o alvoroço e prazer com que fui recebido destes meus diocesanos. Cinco léguas distante de Évora comecei a vê-los e desde esta distância até uma légua próximo à cidade fui sendo encontrado das pessoas principais do Clero, Nobreza e Povo, até pelos procuradores deste. Não houve qualidade de demonstração de alegria que me não fizessem. Foquetes, salvas, repiques, vivas, aclamações, adornos de janelas, flores lançadas sobre mim; até a tropa inglesa, que aqui se achava, se postou no adro da Sé, acompanhando-me o

comandante e toda a sua oficialidade desde que me apeei e se cantou na Sé soleníssimo *Te Deum*, até que me restitui às salas do palácio Arquiepiscopal, onde com a ajuda de Deus vou vagarosamente convalescendo de tantos trabalhos.

Frei Manuel, Arcebispo de Évora



17 de Outubro

5 Punhal e bainha, inícios do século XIX. Foto de Ulrico Galamba.

## NOTA FINAL

Não indica o sábio arcebispo Cenáculo em sua memória o número de eborenses mortos às mãos dos franceses, referindo somente quantos morreram daqueles.

Complemento necessário para o leitor formar seu juízo, aqui poremos o que sobre o caso nos oferecem os testemunhos d'este tempo.

A “Évora Lastimosa” de J. J. da Silva eleva o número de mortos a 300, sendo deles 25 mulheres e 47 padres.

São curiosas as duas relações dadas pelo beneficiado Francisco José Pinto, com respeito à freguesia de Santo Antão e por Bonifácio Gomes de Carvalho, prior de Sant'Iago.

Dos eclesiásticos mortos pelos franceses o mais graduado foi um dos membros da casa Torres, o senhor D. Jacinto Carlos da Silveira, bispo do Maranhão, provisor de Cenáculo.

Dos mortos nas demais freguesias da cidade não se conhece relação especial; mas os impressos por esse tempo, de que vamos fazer extractos, suprirão a falta com alguma aproximação. São da livraria do senhor Visconde da Esperança.

João Limpo Pimentel Pereira de Lacerda, no seu “*Mappa histórico-militar-político e moral da cidade de Évora*”, combatente e testemunha presencial, diz apenas falando dos mortos: “*seu numero ainda ao certo se não sabe, as é sem dúvida que excede a mais de mil e quinhentos.*”

É valioso para a história este “*Mappa*”, pelas verdades que nele se lêem bem amargas

para muitos. O coronel Moretti fugiu da acção e desta cidade pondo o seu cuidado em levar a tiracolo a guitarra! A nota cómica a par da fúnebre!

Antonio de Mexia Fouto Galvão Pereira, na sua “*Évora no seu abatimento*” etc. ensinanos que foram mortos 38 padres e frades, 232 seculares dentro da cidade e 800 fora dela, entre as muralhas e o cinto de cavalaria francesa, que cercava Évora. Assim deve ter acontecido, como nos certifica outro escritor.

José Accursio das Neves na sua “*Historia da Restauração*”, tomo 4.º, esmiúça dados e particularidades interessantes. Resumamos:

Depois da sete horas da manhã do dia 29 de Julho foram vistos os franceses na estrada de Montemor. Os defensores da cidade correram a seus postos.

No alto de São Bento estavam 4 peças de artilharia e 413 homens; na Quinta dos Cucos uma peça com 280 homens; no outeiro de São Caetano havia dois obuses e na frente desta linha estavam postados 260 cavalos.

Às 11 horas começou o fogo de ambos os lados; até ao meio-dia pode a artilharia portuguesa conter a marcha dos franceses.

Às 3 da tarde pendia visivelmente a vitória para os invasores. O General Leite fugia e com ele o coronel Moretti e muitos oficiais.

Às 4 da tarde Evora foi entrada: tocou à degola e começou a mortandade e saque.

A maior carnificina foi a que teve lugar entre as muralhas e o cinto de cavalaria francesa que rodeava a cidade: por fugir à morte nas ruas muitos se lançavam das muralhas para serem cortados das espadas francesas.

Os templos cheios de gente não lhe serviram de abrigo.

Centos de pessoas de ambos os sexos foram mortas durante o dia e noite seguinte.

Às 11 horas da manhã de 30 cessou o saque e mortandade, graças aos rogos do senhor Arcebispo Cenáculo.



#### FORÇAS QUE DEFENDERAM ESTA CIDADE

O batalhão de voluntários de Estremoz .....	380
Uma companhia de miqueletes de Vila Viçosa .....	100
Uma dita de caçadores d'Évora.....	100
Cavaleiros de Évora.....	60
Cavaleiros montados em éguas.....	60
.....	700

#### TROPA ESPANHOLA

Legião de voluntários estrangeiros .....	400
Duas companhias de granadeiros provinciais .....	200
Uma companhia de tropas ligeiras.....	100
Cavalaria.....	250
Artilharia a cavalo.....	90
Dita, a pé .....	30
.....	1:770

O leitor que quiser pormenores da catástrofe leia na Biblioteca Pública os citados livros. Há notáveis exemplos de valor.

António Francisco Barata

#### BIBLIOGRAFIA

BARATA (1887), António, *Memória Descritiva do Assalto, Entrada e Saque da Cidade de Évora pelos Franceses, em 1808*. Évora: Minerva Eborense, 1887.

MARCADÉ (1978), Jacques, *Frei Manuel do Cenáculo Vilas Boas, Évêque de Beja, archevêque d'Évora (1770-1814)*. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian, Centro Cultural Português, 1978.

PEREIRA (1894), Gabriel, *Estudos Eborenses. A Volta de Cenáculo*. Évora: Minerva Eborense, 1894.

VALENTE (2007), Vasco Pulido, *Ir pró Maneta, A Revolta contra os Franceses (1808)*. Lisboa: Alêtheia Editores, 2007.

VAZ (2008), Francisco António Lourenço, *O Saque de Évora pelos franceses em 1808*. Casal de Cambra: Caleidoscópico Artes Gráficas, 2008.

6 Espingarda, séculos XVIII - XIX. ME 1245. Foto de Ulrico Galamba.

**N.º 1 – Registo da carta em resposta à da suprema junta da Estremadura que deu a Câmara, Autoridades, Clero e Povo desta cidade.**

Em consequência do ofício que foi dirigido a esta cidade, pelo coronel comandante da praça de Juromenha, foram juntas todas as Autoridades, Clero, Nobreza e Povo que resolveram expor a vossa excelência que a posição desta cidade e as actuais circunstâncias, fazem com que não tenhamos liberdade alguma para darmos uma decisão. – Deus Guarde a vossa excelência felizes anos – Évora treze de Julho de mil oitocentos e oito – Ilustríssimo e excelentíssimo senhor comandante, general e presidente da suprema junta da Estremadura. – Autoridades: - Frei Manuel, arcebispo de Évora – Jacinto, bispo do Maranhão – Francisco de Paula Leite, tenente general da província do Alentejo – Francisco Pereira da Silva, coronel das milícias – Francisco Manuel Cousseiro da Costa, tenente coronel comandante da praça - Manuel Ferreira da Costa, sargento mor das ordenanças – Joaquim de Sousa e Menezes, deão – António José de Oliveira, vigário geral – O corregedor da comarca, José Paulo de Carvalho – Câmara: - Luiz de Macedo Guerreiro Reimão – O desembargador José Francisco Fernandes Correia – juiz de fora dos órfãos – Fernando da Silveira Galvão da Gama e Cubellos – Norberto de Sousa Barreto Ramim – Clero: - O doutor Sebastião José Barbosa Cordovil, cónego – O doutor magistral Francisco Gonçalves – O desembargador Manuel de Jesus Lamego – Francisco Pereira Merinho, reitor do colégio de São João Evangelista – O superior de São Domingos, Frei José de São Tomaz Simões – Frei Tomé de Santa Maria e Cintra, guardião – Nobreza: - Fernando da Silva Telles Galvão, desembargador aposentado no Porto – João de Mesquita Pimentel e Pavia - Fernando de Mesquita Pimentel e Pavia – Joaquim José Vieira – Antonio Jacinto da Fonseca – Antonio Manuel Vieira de Lacerda – Francisco José Ribeiro – Joaquim José de Soire – Manuel Rodrigues Pinto da Silveira – Antonio José Pastana – Povo: - Sebastião Rosado Baptista – Nuno José dos Santos, procurador do povo – José Gomes de Almeida Negrão, escrivão do povo – José Lopes de Orta, mester do povo – Jacinto José Mendes – Joaquim José Bernardes, mester do povo – João Inácio.

**N.º 2 (Impresso)**

Dom Frei Manuel do Cenáculo Vilas Boas, por Mercê de Deus e da Santa Sé Apostólica, Arcebispo Metropolitano de Évora – A todos os Fieis da Nossa Diocese Saúde e Bênção – Devo à Nossa Igreja lume de instrução religiosa; porquanto dela são, e a ela e a seus obséquios pertencem os instantes que ainda tenho de vida em longa e trabalhada idade. O motivo de acautelar enganos e dissabores e sobretudo a lei nobre da virtude que deve prevalecer em nossas generosas acções, me inspiram a dizer-vos, senhores, ditames sensatos e colocar em vossos corações a índole do sábio imperador, que nos preside e governa. Na inteligência de sua gloriosa e amável constituição passareis a actuar-vos em virtuosa e rendida obediência ao seu império. Cuidemos em fazer nossos actos meritórios em relação a seu governo, a cuja sublimidade devemos sujeição e obediência. A divina palavra nos dita que, não só por temor mas também por consciência, lhe obedeçamos e que do animo lhe tributemos o sacrifício de nossas vontades.

Desde este princípio da minha oração desejo que vos persuadais do quanto ela é fundada. Não superficial, não ligeira nem temerária. Tem motivos de grande peso e que podem levar ao profundo da virtude os nossos procedimentos e que na mistura de génios e condições de forme um povo aceite, conduzido por lei e preceito cristão e animado por entendimento discreto que nos levante de rústicas e tristes licenças a esperar do céu benigno acolhimento e graças. Quando as prendas e bondades dos superiores, que a Providencia pôs sobre nossas cabeças, merecem toda a inclinação e pedem que nossas consciências vão servindo de boas aposentadorias de nossas acções, vamos escutar os impulsos para onde nos arremessa a

luz dos nossos interiores: ela é muito clara e espiritual. É notória a nova situação em que nos achamos. Quando os sábios sabiamente a descrevam, devemos ajustar-nos à observância, que os mesmos superiores de nós pedem e eu devo abrir o Evangelho aos meus fiéis e dizer-lhes: Que nos é necessário servi-los e obedecer cordialmente, não só por temor; pois que o poder, ao qual obedecemos e servimos todo é de Deus, derivam as jurisdições que nos governam do incomparável imperador e rei que a nós preside. Este carácter do invencível Napoleão de nós exige a obediência mais simples e pura e as fervorosas preces para Deus abençoar as suas intenções, e para que mais e mais nos adopte em suas graças. Quanto maior instrução tiverem os povos dos argumentos para suas obrigações, mais apurados serão os desempenhos: nem eu pretendo de minha amada Igreja outra coisa, que não seja o apego nobre e cristão a suas observâncias, olhando-se cercada das obrigações contraídas e notórias.

A suma prudência do novo império tem querido atemperar-se a nossos usos louváveis, o que nos obriga a uma perfeita observância; e, quando de novas aspirações devamos alentar-nos, todas elas são dirigidas para o acerto e decoro dos procedimentos. Porem cabe esta singular novidade em género de diversas índoles, umas de capacidade bem entendida, outras pobres de arbítrios para se haverem, outras demasiadamente subtis em suas imaginativas. E porque os ânimos se devem achar prevenidos para o acerto e sujeição sem desacordos e sem estranhezas nascidas ou da incúria ou do espanto rude; se há ovelhas dóceis, se há súbditos amantes da disciplina é forçoso neste estado ser pastor. Portanto vou cumprir com as persuasões da estação, pois é necessário o obséquio deste ofício, em que espero da providencia o auxilio de uma oração tão ajustada como a instancia que a requer.

Eia, eborenses, espero da vossa amizade, o convencimento de que vos sou muito fiel e tempestivo para desejar encaminhar-vos com justiça. Achamo-nos em uma nova situação. Este conceito pode ser que vos amedronte e vos possa enlear com sombras em vossas acções quando elas devem ser de uma vida lisa e exemplar. Vou apontar-vos a fonte d'onde mana licor puro e sadio, de bom costume, para viver entrelaçado um com outro vizinho, e serem os meus fiéis uma corporação ajustada para o céu e terra de virtuosa gente, e para serem, digo, bons cidadãos, cuja unidade haja de nascer das boas ideias a que vos acostumardes.

O carácter do monarca ao qual rendemos obediência e que nos adopta em seus escolhidos conselhos, este carácter, digo, acha-se repassado pelas vossas ideias animadoras dos vossos corações e dos vossos bons propósitos para vos sujeitardes com tanta edificação como sisudez. Este é o carácter de uma augusta pessoa, que por suas leis vos intima e confirma na vossa antiga crença religiosa da santa fé católica. O sumo prazer, que esta graça gera nos peitos desta educação, nasce do exemplo soberano por vós sabido nas demonstrações de união com a cabeça visível da Igreja. Esta graça pois é admirável e vos fará repetir à Divindade com o culto de nossos pais. Se amais, como eu creio, esta religiosa situação, nela insisti para documento e serenidade na ordem temporal. Ainda mesmo nesta ordem da natureza, que também é filha de Deus, temos um soberano credor de nossos contínuos, ferventes e humildes obséquios, muito respeitado por soleníssimas vitórias. Adornado por dotes e acções extraordinárias, animado gloriosamente por virtudes transcendentis e prendas, daquelas que constituem os heróis e às quais devemos tanta felicidade como respeito, ajuntemos a graça e a natureza e se elas tem adoptado e favorecido com tanto empenho a um senhor em quem reconhecemos as ordens da divindade, continuemos em servi-lo, com afectos do coração, e préstimos de mais fiel obediência. O mundo está cheio de seus gloriosos desempenhos: introduzamos em nossos ânimos tão sublimes e importantes ideias. Quanto mais delas nos refizermos tanto mais eficaz será nosso contentamento e tanto mais ardente o desempenho dos nossos deveres.

Sim, digamos a nós mesmos: O imperador e rei a quem por instituto e lei devemos obedecer é aquelle soberano que tem determinado ser a fé dos povos do seu domínio, e da Santa Igreja Católica Romana. Palavras bastantes para alegrarem os nossos corações, por serem as da profissão que nos deixaram nossos maiores e q que se refundiu em nossos ânímos por maneira que sempre a temos conservado e espalhado pela força da graça, pelas quatro partes do mundo. Da fé, digo, mandada intimar por sua mesma majestade, para ser crida, explicada e persuadida em seus artigos pelo copiosíssimo número de pastores, mantidos e autorizados para nela instruírem as almas, sendo tudo ordenado e mandado pelo mesmo senhor. Esta é a coroa de glória, que serve de imenso decoro e ornato às vitórias espantosas e á carreira de glória inexplicável da sua vida. Os singulares exemplos de suas virtudes marciais e da melhor filosofia, em benefício de seus dependentes, em que se há esmerado o gloriosíssimo imperador e rei Napoleão, nosso soberano, então os revestiu de formosura sublime, quando do sujeitou á religião e quando tem decretado, abem do clero, providencias dignas de sua dextra.

Do seu adorável e zeloso arbítrio é também a lei sobre a doutrina do catecismo, e suas dependências, ao que tudo tem ultimamente dado eficaz energia pelas instituição das cadeiras teológicas e das lhez fazem a corte. Mas qual força e energia e pompa na criação destes saudáveis estabelecimentos literários! São eles digníssimos de uma grande nação acostumada em todos os seus séculos a gostar e promover a literatura severa e amena e dar dela muitas lições aos homens. A heróica maneira com que os mesmos homens a hão de desfrutar, executados os belos progressos, que lhes apronta uma inteligência soberana, tanto nas artes como nas línguas e ciências positivas, decidirá da abençoada hora, em que a Providencia Divina formou uma nascente de reflexões novas e incomparáveis. Tudo naquela inovação é grande e acompanhado de arbítrios saudáveis para o bom ensino das vidas e acções.

Mas eu vejo outra demonstração da amável e religiosa exemplaridade do nosso soberano, escolhendo a divina oração dominical, centro, exemplo e recompilação de todas as preces, para ser excitativo da religião dos homens, copiada em cento e cinquenta línguas do mundo inteiro, e exposta na Regia Tipografia do Empório de todas as Letras, Paris, ao Sumo Pontífice, pai bem aventurado das nações. Para haverdes de concordar nestes sentimentos, nos tem enviado delegados da sua autoridade, pessoas dadas ao bem-querer, exemplos de mais delicada prudência. Quando nos achamos gozando deste especioso domínio, chega-nos á noticia a certeza da benevolência de sua majestade imperial e real e de sua aprazíveis exposições para com este país, como tem soado por todo o reino. Demos, ó eborenses, testemunho da nossa gratidão e prazer, cooperando fiéis e agradecidos às vontades de sua majestade imperial e real; pois havendo recolhido a nação portuguesa em sua mente profunda e prodigiosa, nos tem adoptado singularmente para sua graças e mercês. Formemos desde já os votos, que deve o nosso reconhecimento para todas as prosperidades bem aventuradas do soberano e do império e para suas avantajadas fortunas e desempenhos dignos da eternidade. Estas aspirações são correspondência fiel de nossos ânímos ao felicíssimo e providentíssimo anúncio, com que desde o trono augusto se dignou sua majestade imperial assinalar-nos pelas significações mais graciosas de aceitação, benevolência e todas as fortunas. Fazer-nos beneméritos d'estas graças e funda-las com judicioso esmero, deve ser nosso desempenho digno da sublime protecção que suavemente nos excita.

Évora, em 20 de Maio de mil oitocentos e oito

Frei Manuel, Arcebispo de Évora

Na impressão Imperial e Real – Por ordem do governo.

*“Desta pastoral tiraram-se 500 exemplares, cuja edição mandou o senhor Cenáculo conservar fechada e empacotada, até que depois da expulsão dos franceses ele mesmo a mandou queimar; e só escaparam dois exemplares, um, que o mesmo senhor mandou à presença do Príncipe ao Rio de Janeiro com esta relação; e este, que aqui está. Escapou mais outro exemplar que o Padre José Agostinho de Macedo pode subtrair da tipografia.”*

(Nota da letra do senhor José Heliodoro da Cunha Rivara)

### N.º3

Da Pacem Domine in diebus nostris. Dae-nos Senhor paz em nossos dias. – Dom Frei Manuel do Cenáculo Vilas Boas, por mercê de Deus e da Santa Sé Apostólica, Arcebispo Metropolitano de Évora, etc. A todos os fiéis desta nossa diocese, saúde e bênção em Jesus Cristo. – Acudir às urgências do povo com as instruções necessárias e avisos oportunos é da nossa obrigação pastoral. Nesta inquietação conseguinte às adopções do governo é necessário fazer ver aos fiéis o perigo de um arbítrio, que nem seja saudável nem útil. Quis a Providencia Divina que a nossa obediência a sujeição fosse dirigida e determinada pelo governo do invencível Napoleão. É necessário assentar em vaso firme para a segurança dos nossos passos. A instrução apostólica não se ocupa de questões; o que de direito de nos apresenta é o que lemos nas Sagradas Escrituras; obedecer a quem nos preside. Isto assim observado vem a tranquilidade com todos os bens consecutivos. A este desempenho vos exorto e aconselho, certos em que esta obediência é acção cristã. Não há lugar para questões. Sempre delas se tira moléstia e desassossego. Por outra parte nos bens negativos o bom cristão deve obrar em virtudes positivas; acreditar o melhor e obrar com aprovação meritória e decisiva. Isto assim entendido e tomado em justa resolução cumpramos, obedecendo aos superiores da actual situação e do império do invencível imperador e rei – Napoleão -, e entremos em sossego no governo das nossas vidas cada um na sorte que Deus nos dispensar. Viveremos contentes e em tranquilidade.

Dado em Évora, sob o nosso sinal, aos 30 de Julho de 1808

Frei Manuel, Arcebispo de Évora

### N.º 4

Enquanto o meu género de vida me não facilita para um longo discurso sobre a matéria que devo tratar, com tudo sua qualidade importante e os seus abusos que se devem evitar pe-nhoram-me para enunciar do modo possível até que melhorados dias dêem ócio e frase. O objecto não é menos que a reprovação de um abuso pernicioso ao estado moral e eclesiástico. É a reprovação, digo, de se armarem os eclesiásticos, militarmente, segundo lhes inspirar a sua imaginação indisciplinada, e extravagante sistema é este oposto ao Evangelho que professámos. Este manda ser o eclesiástico manso e humilde: ele veda o fogo e ferro mane-jado pelo eclesiástico: ele nos proíbe ser guerreiros e gente armada: nossa milícia é para contender com os vícios e propagar a virtude. Quanto é dissonante d’estes exercícios uma vida guerreira, mal animada e mal comportada! O braço que sustenta a arca do Testamento seria torpemente distraído para empunhar o ferro e o aço. Seria introduzir no santuário o abuso e o vício. Não há engenho nem arte que façam concordar a doçura evangélica e o estrondo das armas. Aquela é a nossa vocação legítima. O contrário seria viver exposto a sanha militar para descrédito e demonstrações tristes. Para estas ideias deve o eclesiástico regular sua vida para nem desagradar à Divindade, que o quer humilde, nem às potências temporais, que tiram escândalo de semelhante abuso. O alvoroço militar que lhe recomendamos é a pronta obediência às vozes da sabedoria quando chama para a sua fortaleza e para guarnecer as muralhas da cidade, com a valentia da doutrina e virtude; quando nos interessa na vigia contra os assaltos dos inimigos da alma e põem em alerta para a preservar dos insultos. Ocupados

os eclesiásticos destas obrigações jamais se deixarão enganar pelo atractivo da armadura que lhes é incompetente. A armadura doutrinal para que a sabedoria nos convida é o que a mesma sabedoria escarnada ostentou entre os homens e dela deu mostras no Tabor onde ensinou a ocupação sacerdotal, servindo aos ministros e sacramentos da lei, dos profetas e do Evangelho. Confiamos que pelo arbítrio de inspirar aos professores do nosso estado os argumentos, porque se devem dirigir nos actos da sua vida, haverão de conformar-se todos ao clero escolhido e modesto e ao espírito das santas escrituras. Com tudo para a fazerem meritoriamente mandamos ao clero de um e outro estado, secular e regular, não tenham em seu poder nem usem de armas que lhe são defesas e as deponham no depósito publico, aonde o governo d' esta cidade as tem mandado fechar. Este nosso edital será lido nas igrejas d' esta cidade.

Dado em Évora sob nosso sinal, aos 30 de Julho de 1808

Frei Manuel, Arcebispo de Évora

N.º 5

Nós, as pessoas da nobreza e povo desta cidade de Évora, fazemos saber por esta nossa atestação, a todos os senhores a quem ela for apresentada que é ao excellentíssimo e reverendíssimo senhor D. Frei Manuel do Cenáculo Vilas Boas, nosso arcebispo metropolitano, a quem devemos as vidas que temos e as casas que habitamos; pois que sendo entrada à escala esta cidade no dia 29 de Julho passado pelos franceses e recebendo a tropa do seu general Loison, a ordem de entrar a ferro e fogo, começou a executa-la disparando peça de metralha pelas ruas, matando a tiro de fuzil e à espada quantas pessoas encontraram sem distinção de sexo, estado e idade, até entrando pela Santa Sé atirando tiros de bala dos quais houveram vários mortos e feridos, sendo um deles o sacerdote capelão que estava com a Santa Cruz alçada, junto á porta e foi morto pelo estrago dos tiros; e seria total a mortandade se o nosso santo prelado com virtuosa intrepidez (depois de amedrontar com baionetas apontadas ao seu peito, com alfanges desembainhados e com o estrago de uma bomba que rebentou no tecto da capela-mor sobre a sua cabeça e arrojou próximo a eles porções de metralha e pedaços de pedras) não se prostrasse humildemente ante os officiais generais, pedindo o perdão para as suas aflitas ovelhas, hospedando na sua casa o general e quarenta officiais, doentes uns, importunos e absolutos todos; sujeitando-se a quantas extravagantes



7. Pistola francesa, Manufactura Imperial de Charleville, 1807. ME 1238. Foto de Ulrico Galamba.

hostilidades lhe faziam, roubando-lhe o seu copioso e rico monetário, levando-lhe todas as cavalgadas do serviço de sua pessoa e casa, e roubando-lhe até o seu anel episcopal; pretendendo dele ordens, pastorais, até que se sujeitasse a ser governador da cidade e tudo isso com pistolas na mão e espadas nuas, dando a certeza de qualquer repugnância seria causa da sua morte e do estrago e ruína total desta nossa cidade, o que o mesmo general Loison manifestou publicamente na igreja, quando publicou o perdão que dava por sua intercessão não só à cidade senão ainda a duzentos prisioneiros que tinha dentro na mesma Sé; pelo que é geral a confissão que, todos os que ficámos com a vida, fazemos de que é ao nosso prelado que a devemos. Isto sabemos porque o presenciámos e outros porque achamos esta notoriedade quando nos recolhemos da fuga em que andámos desterrados, por isso em obséquio da verdade e sinal do nosso agradecimento o atestamos com todas as asseverações de honra e religião.

Évora, 30 de Setembro de 1809

Seguem-se as assinaturas da Nobreza e Povo, com o reconhecimento em forma.

N.º 6

Exército de Portugal – O conde do império, general da divisão, Loison, comandante do corpo de exército em Évora, ordena a todos os habitantes de declarar, durante o dia, os soldados espanhóis e habitantes do campo e estrangeiros de fora da cidade que se achem nas suas casas, como também de virem entregar, durante o dia, ao palácio do arcebispo, todas as diferentes armas, como espingardas, pistolas, chuços, espadas, isto sob pena de morte; há de passar uma revista exacta em todas as casas, campos e quintais da cidade, e se depois desta presente ordem, for achado algum dos indivíduos declarados ou algumas das referidas armas será o dono sujeito à mesma pena de morte.

No Quartel General de Évora, em 30 de Julho de 1808

O. Loison

N.º 7

Dom Frei Manuel do Cenáculo Vilas Boas, por mercê de Deus e da Santa Sé Apostólica, Arcebispo Metropolitano de Évora, com jurisdição eclesiástica nesta diocese de Beja, etc. etc. A todos os fiéis da mesma diocese saúde e bênção. – Salvo dos fatais destroços da capital da minha metrópole, Évora, facilmente aproveito esta graça para repetir as observações necessárias na outra minha antiga e agora canonicamente por mim administrada capital do bispado de Beja. Moisés temeu os destroços dos seus irmãos no Egipto e protestou a Deus visitar e observar os que ainda viviam – Vadam et revertet ad fratres meos, ut videam si adhuc vivant. – Esta imponderável graça de achar os bejenses sãos e salvos da tristíssima ruína, comove a entranha para agradecer a Deus tão sensível benefício. Seus efeitos devem ser tocados em particular para animar os povos. Ainda vivemos, amados bejenses. Ainda nos resta o mesmo espírito de vida e doutrina. Ainda a graça Divina nos fez superiores á turbulenta animosidade, que se atreveu contra as nossas respirações e alento. Sim, é favor extraordinário da Providencia que nos vejamos e escutemos uns aos outros, dizendo-nos: - a força bruta dos demónios que tanto mal sugeriram aos homens e fizeram; mas achou de encontro a Dominação Celeste para nos proteger e defender, como respeitamos no Bem-aventurado Arcanjo que neste feliz território por nós intercede e nos defende, agora

mais do que nunca verificou a sua dominação. – *Michael quis ut Deus*. – Sim a Omnipotência Divina ainda foi servida conservar nestes lares as demonstrações da sua Virtude Infinita. Ainda mostra querer a continuação de seus auxílios para connosco: Ainda faz enternecer vosso pastor à vista da vossa resignação para com as permissões da sua justiça: À vista, digo, de vossas carinhosas e constantes afeições para a vossa antiga devoção ao Senhor Sacramentado. Não é possível que vos depreendam d'esta filial afeição quaisquer outros cuidados temporais. Nem o necessário emprego para as coisas da milícia nem os cuidados económicos e domésticos, nem o estudo, nem as letras tenho conhecido serem capazes de vos desviarem e separar do Sacramento que em boa hora penetrou vossos corações na adoração da Santíssima Eucaristia. A este maior dos mistérios atribuo a preservação de maiores males, a conservação da vida nas instantes angústias, sabendo entreter-se judiciosamente com as temporalidades indispensáveis nos ofícios da vida, nos empregos honrados que a distinguem, no amor da pátria que a coonesta. Alegre com a invenção d'este tesouro, com a animação dos vossos espíritos e constância de vossos propósitos pela religião, pela justiça e lei; vendo-vos interessados pelo amado Príncipe e pela pátria, enquanto me não repito a vós e a vossos festivos clamores de alegria, volto a outros indispensáveis ofícios, tendo presentes a minha palavra e a vossa fé.

Dada em Beja sob o nosso sinal e selo das nossas armas aos oito de Setembro de mil oitocentos e oito.

#### N.º 8

Os governadores destes reinos tomando em consideração o prejuízo, que faz a ausência de vossa excelência a toda a sua diocese; recomendam a vossa excelência, que sem perda de tempo se recolha à mesma para continuar a dar exemplos de fidelidade, caridade e mais virtudes com que Vossa Excelência tem edificado sempre estes reinos. E se Vossa Excelência quiser ser acompanhado da tropa para maior decoro poderá pedi-la ao tenente general, encarregado do governo das armas d'essa província em execução do aviso incluso. O que participo a Vossa Excelência.

Secretaria de Estado dos Negócios do Reino em 6 de Outubro de 1808

João António Salter de Mendonça. Senhor Arcebispo de Évora

#### N.º 9

Ilustríssimo e excelentíssimo senhor. – Os governadores deste reino determinam que Vossa Excelência faça aprontar uma escolta de força que exigir o Arcebispo de Évora, a qual o deverá acompanhar até à dita cidade, para maior decoro daquele prelado. O que participo a Vossa Excelência para sua devida inteligência e execução. – Deus guarde a Vossa Excelência.

Palácio do Governo em 6 de Outubro de 1808.

João António Salter de Mendonça. Senhor Francisco de Paula Leite